



## TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

**ATO N. 778, DE 18 DE JUNHO DE 1986**

**PRESIDENTE DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista deliberação do Conselho de Administração em sessão de 11 de junho de 1986, Processo PA. nº. 1953/85,

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Os artigos 14 e 15 do Ato nº. 2, de 07 de janeiro de 1974, e suas alterações posteriores, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. Os cargos da Classe inicial das Categorias Funcionais do Grupo-Atividades de Apoio Judiciário serão providos, da seguinte forma:

#### **I - Técnico Judiciário**

a) 1/3 (um terço) mediante progressão funcional de ocupantes da Classe final da Categoria Funcional de Auxiliar Judiciário, desde que comprovem a conclusão de curso superior (Licenciatura Plena, quando se tratar de habilitação para o Magistério);

b) 1/3 (um terço) mediante ascensão funcional de ocupantes de quaisquer Categorias Funcionais, observada a escolaridade mencionada na letra anterior; e

c) 1/3 (um terço) por concurso público, satisfeita a exigência do inciso I do art. 9º deste Ato.

**II) Auxiliar Judiciário**, satisfeita, em todos os casos, a exigência do inciso III do artigo 9º deste Ato:

a) 1/4 (um quarto) mediante progressão funcional de ocupantes da Classe final da Categoria Funcional de Atendente Judiciário;

b) 1/4 (um quarto) por progressão funcional de ocupantes da Classe final da Categoria funcional de Agente de Segurança Judiciária;

c) 1/4 (um quarto) por ascensão funcional de ocupantes de quaisquer Categorias Funcionais; e

d) 1/4 (um quarto) por concurso público.

**III) Auxiliar Judiciário (área de Taquigrafia)**, satisfeito, em todos os casos, o requisito do inciso III do artigo 9º deste Ato, exigindo - se, ainda, a

correspondente especialização:

a) 1/3 (um terço) por ascensão funcional; e

b) 2/3 (dois terços) por concurso público.

IV) Taquígrafo Judiciário, satisfeita, em todos os casos, a exigência do inciso II do art. 9º deste Ato:

a) 2/3 (dois terços) mediante progressão funcional de ocupantes da Classe final da Categoria funcional de Auxiliar Judiciário, com especialização na área de Taquigrafia; e

b) 1/3 (um terço) por concurso público.

V) Atendente Judiciário, satisfeita, em todos os casos, a exigência do inciso IV do artigo 9º deste Ato:

a) 1/5 (um quinto) mediante ascensão funcional; e

b) 4/5 (quatro quintos) mediante concurso público.

VI) Agente de Segurança Judiciária, satisfeita a exigência do inciso IV do artigo 9º deste Ato, todos por concurso público.

Parágrafo único. Na apuração dos percentuais reservados à progressão e à ascensão funcionais serão computados “vagas” e “vagos” constantes da Tabela de Lotação.

Art. 15. A exigência de escolaridade constante do item I, letra “a”, do artigo anterior, não se aplicará às progressões dos atuais ocupantes dos cargos de Auxiliar Judiciário, Classe ESPECIAL, que tiveram seus cargos ou empregos transpostos ou transformados para essa Categoria, nos termos dos artigos 4º, inciso II, e 5º deste Ato.

Parágrafo único. A dispensa de escolaridade, a que se refere este artigo, aplicar-se-á às progressões dos ocupantes dos cargos de Atendente Judiciário e Agente de Segurança Judiciária, cujos cargos ou empregos foram transpostos ou transformados para essas Categorias, nos termos dos artigos 4º, incisos IV e V, e 5º, deste Ato, e artigo 7º, parágrafo único, da Lei n. 5.997, de 1973, desde que frequentem curso de treinamento funcional sobre datilografia, português e prática de serviço referente às atividades do cargo, sendo as vagas respectivas providas nos termos do Ato Regulamentar n. 2, de 1º de fevereiro de 1983.”.

**Art. 2º** Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o art. 2º da Resolução n. 14, de 14/01/83, bem como os Atos nºs 275, de 14/03/83, e 739, de 06/03/86, retroagindo os seus efeitos a 31 de março de 1986.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MINISTRO LAURO LEITÃO

PRESIDENTE